

Servidor em *Pauta*

Sintram - Abril a Junho | Diretoria 2015 - 2018



CONTAS EM DIA

Diretoria presta contas com destaque para quitação de dívidas de gestões anteriores

Página 6

LUTA NA JUSTIÇA

Sindicato ajuíza ação na luta pelo cumprimento do gatilho salarial em Divinópolis

Página 3



CONTRA AS REFORMAS

Sintram mantém luta e orientação constante contra as reformas do Governo Temer

Página 5

AGENDE UM “CAFÉ COM SERVIDOR”



O Café com Servidor é um projeto dedicado a aproximação e prestação de esclarecimentos ao funcionalismo. Dúvidas, orientações, críticas, elogios, denúncias, enfim o “Café” é espaço livre para atualização das

sando com os servidores de Divinópolis, que são cedidos ao consórcio. A ação foi muito positiva e elogiada pelos colegas. “A gente se sente meio abandonado e a presença de vocês para conversar sobre nossos problemas e informar o que o Sintram está fazendo é muito importante”, registrou a servidora Dirce Rosa Teixeira.

ações do sindicato e manifestação do servidor junto a diretoria.

No dia 12 de junho, a vice-presidente, Ivanete Ferreira, esteve no CISVI, Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Itapecerica, conver-



O projeto se estende a todas as cidades da base de representação do Sintram. Ligue (37) 3216-8484 e agende!



Confira a atuação do sindicato juntos às cidades da base.

Páginas 11 e 12

Editorial

Unidos para vencer a crise

O país vive uma crise política sem precedentes, com duros reflexos na economia. É repetitiva a afirmação, porém nunca é demais lembrar que o momento que ora atravessamos é de turbulência e de uma gravidade que boa parte da população ainda não se deu conta das consequências que poderão ser nefastas se todos cruzarem os braços e ficar esperando que uma solução caia do céu. Não vai cair.

O país assistiu a um golpe político que derrubou uma presidente constitucionalmente eleita pelo voto direto e hoje está nas mãos de um homem totalmente deslumbrado pelo cargo e atolado até o pescoço nas mais escandalosas denúncias de improbidade, prevaricação e crime de responsabilidade. Um aventureiro, por assim dizer, cujo modelo de governar é rejeitado pela maioria do povo brasileiro.

Embora a crise política com reflexos econômicos tenha atingido boa parte dos municípios, há muitos registros altamente positivos. Gestores responsáveis, que agiram com bom planejamento e respeito ao dinheiro do povo, estão conseguindo manter seus compromissos e ainda tocam obras e garantem, pelo menos, o mínimo necessário ao servidor público. Tanto é assim que o Sintram conseguiu bons resultados junto aos municípios administrados com responsabilidade, garantindo a reposição salarial de acordo com os índices estabelecidos ou até mais do que isso, já que algumas prefeituras conseguiram dar essa revisão acima da inflação acumulada. Entre os municípios que já cumpriram a Constituição, concedendo a reposição salarial dentro do prazo estabelecido pelas datas-base, estão Carmo do Cajuru, Igaratinga, Luz, Bom Despacho, São Sebastião do Oeste, Pimenta, São Gonçalo do Pará, Medeiros, Bambuí, Cláudio e Iguatama.

Outra boa notícia para a nossa base sindical é a atualização/ construção dos Planos de Carreira e estatuto dos servidores que está em andamento em vários municípios. Essa é uma situação que sempre trouxe preocupação ao Sindicato, já que sem a legislação específica, o servidor praticamente fica sem amparo. Em Carmo da Mata e Bom Despacho já estão em andamento as discussões que possibilitarão a revisão do Plano de Carreira, Cargos e Salários. Em outras cidades, como Igaratinga, Tapiraí, Medeiros, Iguatama, Bambuí, Pimenta e Cláudio, o Sintram levou uma série de serviços e muitos problemas envolvendo os servidores, estão com soluções encaminhadas.

Diante de cenários positivos e negativos conclui-se que a crise é discurso utilizado pela classe política para justificar sua inércia e irresponsabilidade. O país está mesmo fora dos trilhos, pois o "presidente" que deveria assumir seu comando está envolvido em denúncias escandalosas de improbidade e crimes contra a administração pública e contra o povo brasileiro. Não há dúvida, que nossa principal crise é de honra, decência e caráter, pois quem trabalha com honestidade, bom planejamento e respeito, consegue alcançar suas metas.

Inegavelmente o momento é, de fato, difícil e perigoso, mas não podemos cruzar os braços. Essa diretoria adotou um modelo de administração que exige muito trabalho, mas com resultados compensadores. Porém, não podemos tirar o pé do acelerador. Ainda há muito que fazer e isso nos estimula ainda mais a continuar nossa jornada em defesa dos nossos associados. Ao servidor de Divinópolis e das demais 35 cidades que compõem nossa base, convocamos para nos ajudar a fiscalizar, denunciando o nepotismo, a máquina inchada e os desmandos que ocorrem nos municípios. Estamos sempre prontos para a luta. O Sintram está sempre pronto para ouvir o servidor. Ouvir e lutar em defesa de seus interesses e, juntos, passaremos por todas as crises.

Por fim, e não menos importante, não podíamos deixar de registrar nosso repúdio à aprovação da Reforma Trabalhista, que sob todos os aspectos é prejudicial ao trabalhador. Fizemos a nossa parte, mobilizando nossas categorias, fomos às ruas mostrar nossa indignação contra a reforma, porém, de nada adiantou, já que a maioria dos deputados e senadores que deveriam defender os interesses do cidadão, votou contra o povo e a favor do governo. Mas, o jogo ainda não terminou. Temos pela frente a luta contra a Reforma da Previdência, mais um golpe que o governo Temer articula contra o cidadão. Temos que continuar mobilizados e preparados. Mais uma vez, pelo bem do futuro de cada brasileiro, conclamamos a todos que continuem nos ajudando a lutar contra esse governo ilegítimo, atolado em denúncias e que se sustenta por catiras políticas e ações que atendem ao interesse do capitalismo.

Luciana Santos
Presidente

Contato: presidencia@sintramdiv.org



Expediente

Diretoria efetiva

Presidente:

Luciana Aparecida dos Santos

Vice-Presidente:

Ivanete Ferreira

Secretaria Geral:

Marcos Alves de Almeida

Diretor Financeiro:

José Alcolano - Zezinho

Diretor Jurídico:

Alberto Gigante Quadros

Diretores:

Washington M. de Oliveira

Vilson José Alves de Melo

Dir. Suplentes

Vilson de Freitas

Pedro Alves Filho

Iara Soares Lima

Márcio Aparecido David

Sandro Borges

Márcio Lopes dos Reis

Denise Silva Diamante

Márcio Alves de Sousa

Conselho Fiscal

Juliano Vilela

Adriana Eva

Marco Antônio Pinto Silva

Maria Aparecida de Sousa

Suplentes

Wantuil José Dias Santos

Osmundo Santana Filho

Maria Aparecida da Cunha

Pedro Vinicius de Jesus

Dirigentes Sindicais: João Madeira (Fesempre)
e Eduardo Parreira (Fesempre/CSPB)

Textos/fotos:

Flávia Brandão e Jotha Lee

Jornalista Responsável:

Flávia Brandão - JP 12.538/MG

Projeto Gráfico e Diagramação:

Mariana Cançado

Impressão: Gráfica Cometa

Tiragem: 5.000 Exemplares

Distribuição gratuita

Av. Getúlio Vargas, 21 - Centro - Divinópolis
(37) 3216- 8484 / (37) 3216- 8462

www.sintramdiv.org
facebook.com/SintramCentroOeste
gerenciacomunicacao@sintramdiv.org

Ação para cumprimento do gatilho está em tramitação na Justiça

Sob o número 5002876-20.2017.8.13.0223 está em tramitação na Vara de Fazendas Públicas e Autarquias de Divinópolis desde o dia 15 de maio, a ação judicial movida pelo Sintram contra a Prefeitura de Divinópolis. A ação foi ajuizada pelo Escritório Alvim Murilo Mendonça Advogados Associados, especialmente contratado para essa demanda jurídica, atra-

vés da qual o sindicato pede o cumprimento da Lei Municipal 8.083, que fixa o índice de correção do gatilho salarial de acordo com IPCA do IPEAD/UFGM.

A contratação de um escritório de advocacia foi decisão retirada em assembleia no dia 4 de abril. A exemplo do que aconteceu em 2016, quando o prefeito Vladimir Azevedo (PSDB) concedeu revisão de apenas 7% em duas parcelas, diante de uma inflação de 11,27%, esse ano o prefeito Galileu Machado (PMDB) concedeu apenas 4% a título de reposição salarial, quando o índice legal deveria ser de 7,86%, correspondente ao IPCA acumulado no ano passado e previsto na lei municipal.

Em reunião no dia 10 de maio com os servidores, o advogado, Celso

Pimenta, deixou claro que o decreto fere a legislação, e que o prefeito não pode tomar uma decisão contra a lei, baseado numa teórica calamidade financeira, que se alonga já há meses. “O salário do servidor é alimento, é básico e o prefeito quer gatunar a revisão dos servidores e justificar seus interesses e garantir privilégios”, ponderou. “Toda vez que a coisa aperta, eles vão ao mais fácil, ou seja, na folha de pagamento”, acrescentou.

O advogado criticou o descumprimento da lei e a atitude do prefeito Galileu Machado. “Eles confundem as leis, com tapar buracos de rua. A lei tem que ser respeitada. O que está sendo feito é um ato absurdo, ilegal e inadequado”, garantiu.

AÇÃO

Pimenta explicou que na ação coletiva será pedido não apenas o cumprimento integral do índice de 7,86%, mas também a defasagem salarial restante de 2016 de 4,27%, que não foi concedida pelo então prefeito, Vladimir.

PRAZO

Questionado sobre o prazo para o resultado final da ação, o advogado deixou claro que o tempo é muito relativo e dependente de várias circunstâncias, as quais fogem ao controle dos advogados, mas frisou que como profissionais o compromisso, que cabe a eles, é fazer com que a ação tenha a segurança jurídica necessária. “Essa segurança jurídica é nosso compromisso com essa casa. Nossa ação é como dizem na roça: um mueirão. Sabem o que é? É aquele esteio que bate no meio do curral e o touro mais forte pula, roda, puxa, levanta e ele nem treme”, garantiu.

ACOMPANHE

Os servidores podem acompanhar a ação, acessando o site do TJMG: <http://pje.tjmg.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam> ◀



ILEGALIDADE

Uma das justificativas do prefeito para não conceder o gatilho é o decreto que colocou o município em estado de calamidade financeira. Em reunião no dia 10 de maio com os servidores, o advogado, Celso

Sintram solicita a superintendente audiência pública sobre o Diviprev

Dando encaminhamento às deliberações da Campanha Salarial em Divinópolis, a presidente Luciana Santos esteve no dia 05 de maio em reunião com a superintendente do Diviprev, Regiane Alves. O objetivo foi solicitar a realização de uma audiência pública para apresentar a situação do instituto aos servidores.

A superintendente, Regiane Alves, se colocou a disposição para realizar a audiência. “Vamos atender esse pedido e iremos sim fazer essa audiência com os servidores e encontrar o me-

lhor para o nosso futuro. A nossa previdência ela precisa estar bem não só hoje, ela tem que estar bem segura no futuro e espero que o trabalho realizado nesta gestão seja dado sequência nas próximas para termos tranquilidade”, disse.

Na época, a superintendente estava prestes a entrar de férias, mas adiantou que em meados de junho iria dar início à organização. ◀



A superintendente do Diviprev, Regiane Alves, e a presidente Luciana.

Denúncia na Câmara

No dia 11 de abril, o diretor Alberto Gigante denunciou na tribuna da Câmara de Divinópolis a falta de transparência do prefeito Galileu e o evidente desrespeito

ao funcionalismo com o descumprimento do gatilho salarial (Lei 8083/2015). Citou que esse desrespeito se estendia inclusive à própria Câmara Municipal, já que Galileu, nos bastidores, disse que “a Lei não era dele”, então assim eximia-se de cumpri-la. O sindicato denunciou as regalias dadas aos “apadrinhados” do prefeito, que já somavam 212, na época, em cargos comissionados e as inúmeras secretarias que não foram reduzidas como prometido. O diretor relembrou a postura do político, que na última gestão deixou os servidores sem nenhuma revisão salarial. ◀



Mais benefícios aos filiados

O Sintram está em negociação para trazer mais uma opção de plano odontológico aos servidores. A Odontoprev, que é uma das maiores redes credenciadas no Brasil, está em reta final de negociação com a diretoria do sindicato e assim que for consolidada os filiados terão acesso as vantagens de adesão. Continue nos acompanhando www.sintramdiv.org ◀



Flagrante desrespeito

A administração Galileu Machado mostra o descaso com questões importantes na cidade. Após visita da vice-presidente, Ivanete Ferreira, no dia 26 de junho, o sindicato denunciou à imprensa o abandono do PSF Santos Dumont – que mesmo com estrutura toda equipada – estava sem atendimento médico e odontológico desde janeiro. Além de médico e dentista, faltam técnico

de enfermagem, técnico administrativo entre outros profissionais. “O prefeito não tem dinheiro para dar o gatilho aos servidores, não tem dinheiro para oferecer um serviço de saúde menos ineficiente, mas tem dinheiro para contratar 213 apadrinhados em cargos de confiança para atender interesses particulares e conchavos de campanha”, criticou Ivanete. ◀



Sintram denuncia más condições de trabalho dos cancelleiros

Em abril, uma comissão representativa dos cancelleiros esteve em reunião com a diretoria e relatou a insatisfação do grupo com a mudança de jornada de trabalho. Os trabalhadores denunciaram que fazem as refeições na própria guarita sem intervalo de almoço e não recebem horas extras. Outro problema é o sucateamento total das cancelas, que estão sem pintura, iluminação, material de limpeza e com banheiros interditados, num evidente descaso da administração.

Após análise dos fatos e estudos jurídicos do caso, o Sintram irá ajuizar ação coletiva, para isso o sindicato contratou peritos para análise

das condições de trabalho dos cancelleiros e caso haja laudos técnicos positivos será pleiteada também na ação entre outros direitos o pagamento de insalubridade.

Acidentes

O sindicato denunciou a imprensa esse descaso da administração e chamou também atenção para os riscos de acidentes nas passagens, já que decorrentes da impossibilidade dos servidores cobrirem possíveis afastamentos, tais como férias, licenças por motivo de saúde, as guaritas ficam períodos sem

operadores. A administração continua fazendo vista grossa para o problema, que coloca em risco a população de Divinópolis. ◀



Levantamento sobre nepotismo será levado ao MP

O Sintram vem acompanhando as inúmeras nomeações feitas pelo prefeito Galileu Machado (PMDB) para cargos comissionados. Na contramão do discurso de crise e de uma suposta calamidade financeira, Galileu já superou o ex-prefeito, que deixou a prefeitura com 156 comissionados, enquanto no atual governo 213 cargos já estavam ocupados. Entre os nomeados estão parentes do prefeito e de seu vice, em uma clara afronta à população divinopolitana, que convive com falta de profissionais nos postos de saúde, medicamentos e uma série de problemas, que expõem o descaso da administração.

Em maio, o Sintram divulgou à imprensa que iria denunciar ao MP esse absurdo da administração e convocou os servidores a colaborarem com esse levantamento. Através de dados do Portal da Transparência, ao considerar os salários brutos expressos na folha de abril, foi

possível apurar que a administração só para bancar os cargos comissionados gasta mensalmente R\$ 1.015.512,27, em uma clara contradição com a situação de calamidade financeira, que inclusive foi a justificativa para o município não cumprir a lei municipal do gatilho.

Improbidade

No final de maio, a imprensa divinopolitana divulgou que MP já está apurando essa prática de nepotismo na Prefeitura, o inquérito está em sua fase inicial e corre em segredo de justiça.

Porém na investigação o MP apura somente um dos casos de nepotismo praticado pelo prefeito e não todos que estão no levantamento do sindicato.

O prefeito é denunciado por improbidade administrativa pela contratação de Marcos Azevedo Mourão, casado com Kátia de Sousa Machado, sobrinha do prefeito. Azevedo, que

foi contratado para o cargo em comissão de Diretor de Operações, na Secretaria Municipal de Operações Urbanas, também foi denunciado pelo MP por falsidade ideológica. Ao preencher documento obrigatório para ocupar o cargo, ele ocultou o fato de ser casado com uma sobrinha do prefeito. Tanto o prefeito, quanto Marcos Azevedo já foram denunciados pela promotoria e caberá ao juiz decidir se dará sequência ou arquivará a ação. Embora já tenha sido exonerado do cargo no dia 2 de março, Marcos Azevedo responderá pelo crime do qual é acusado pelo MP.

O levantamento do Sintram será entregue ao MP e a diretoria acredita que o mesmo colaborará ainda mais para combater essa prática lesiva não somente aos servidores, mas a todos os cidadãos divinopolitanos. ◀

Reajustes Unimed

Desde o dia 1º de julho está em vigor o reajuste 2017 dos planos médicos da Unimed dos Contratos 6531 e 3326. Como já é prática no sindicato, a proposta de aumento foi analisada pela diretoria em conjunto com a “Comissão de Permanente de Servidores Titulares”. A negociação alcançou a queda do reajuste de 21,5% para 13,57% nas dez faixas etárias. A franquia

de internação a proposta da operadora era de R\$440,00 para local e R\$880,00 intercâmbio (atendimento em outras cidades) a negociação fechou o valor único da franquia em R\$330,00. Os titulares que não receberam, via correios, a nova tabela de valores poderão consultá-la no site do sindicato www.sintramdiv.org, seção Serviços.

O contrato 1367 ainda está em negociação, sendo que os novos valores serão aplicados a partir de agosto. Dúvidas, consulte o setor de Convênios do Sintram: (37) 3216-8470. ◀

Unimed

Movimento Sindical Unificado em defesa do trabalhador

Audiências públicas, palestras e apoio expresso de Câmaras Municipais têm marcado agenda de luta do sindicato

O movimento sindical unificado de Divinópolis contra as reformas trabalhista e previdenciária ganhou força nos últimos meses. Além de idealizar e participar ativamente dos protestos do Movimento, o Sintram vem realizando paralelamente uma série de encontros e audiências públicas em cidades de sua base, com o objetivo de esclarecer os malefícios que as reformas causarão a todos os brasileiros, com perdas de direitos conquistados ao longo dos anos.

Expressiva manifestação do movimento foi em Divinópolis no dia 28 de abril, data marcada pelas Centrais Sindicais como Greve Geral. Mais de cinco mil pessoas ocuparam as ruas de Divinópolis, numa marcha pacífica. Centenas de jovens, idosos, crianças e adultos participaram do protesto, formando uma multidão representativa que demonstrou toda a sua indignação com o governo.

A manifestação contou com a participação de 15 sindicatos, Igreja Católica, União Estudantil de Divinópolis (UED) e movimentos sociais, além do apoio da maioria das lojas comerciais, que fecharam as portas para acompanhar a passagem dos manifestantes pelas ruas centrais. A população saiu às janelas de suas casas e apartamentos e os moradores aplau-

do Oeste, Cláudio, Lagoa da Prata, Conceição do Pará, Carmo do Cajuru, Bom Despacho e Leandro Ferreira já enviaram cópias dos abaixo-assinados enviados ao Congresso contra as medidas. “Estamos querendo enfiar essas reformas goela abaixo da população e temos que exigir dos deputados e senadores que votem contra, conforme exigem suas bases eleitorais. Sem dúvida, os vereadores são importantes atores nesta luta, já que são a força dos deputados nos municípios”, afirma o diretor jurídico do Sintram, Alberto Gigante Quadros.

Instituições

O movimento cresce não só no Centro-Oeste, mas em todo o país, com o apoio de dezenas de entidades representativas da democracia brasileira. À exceção de políticos e juristas ligados ao governo, não há manifestações significativas favoráveis às propostas de reformas. Por outro lado, contra a iniciativa do governo, alinham-se entidades respeitadas em todo o país, conhecidas pela participação em movimentos sociais e na defesa da democracia.

A luta contra as reformas trabalhista e previdenciária não é um movimento exclusivo do sindicalismo brasileiro, como a propaganda institucional do governo anuncia. Ao contrário, junto a essa marcha do povo brasileiro estão entidades como o Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, a Igreja Católica, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a classe política comprometida com as reais necessidades do povo brasileiro.

#OcupaBrasília

No dia 24 de maio, o movimento “Ocupa Brasília”, agendado pelas Centrais sindicais, ganhou ainda mais força após a delação contra o governo Temer, reunindo mais de 200 mil manifestantes de todo o país. O Sintram participou do protesto, representado pelo diretor Marcos Alves, que estava acompanhado de servidores do pátio de obras da Prefeitura de Divinópolis.

Carmo do Cajuru

Outro ato de conscientização do movimento ocorreu no dia 17 de junho em Carmo do Ca-



ju. Além de panfletagem nas ruas da cidade, os integrantes do movimento utilizaram o microfone para mostrar para a população, que transitava pela praça do Rosário, os prejuízos que estão previstos aos trabalhadores brasileiros, caso as reformas sejam aprovadas e pediram a saída imediata do presidente Temer, envolvido em vários escândalos de corrupção.

MG 050

Na madrugada do dia 30 de junho, data marcada como Greve Geral pelas Centrais Sindicais, mais um ato para chamar atenção da população foi promovido pelo Movimento Sindical na rodovia MG-050 próximo ao trevo do Bairro Icaraí, em Divinópolis. Os líderes dos 15 sindicatos e a União Estudantil interditaram as duas vias com pneus e galhos, utilizando bandeiras e faixas para chamar atenção dos motoristas e trabalhadores do retrocesso e massacre de direitos da classe operária, caso as reformas sejam aprovadas.

Movimento

O Movimento Unificado de Divinópolis se reúne todas as terças-feiras, às 17h, e é aberto a todos os servidores. Participe e lute conosco.

Movimento Sindical Unificado:

Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), Sindicato dos Bancários de Divinópolis e Região, Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar (SAAE/MG), Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Divinópolis e Região, Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SindUTE), Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (Sindieletr), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divinópolis, Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Divinópolis (STTR), Sindicato dos Propagandistas, Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais (Sindiproeste), Sindicato Profissional dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais, Casas de Saúde, Duchistas e Massagistas de Divinópolis (SINDEESS), Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais (Sind-sema), Sindicato dos Metalúrgicos de Divinópolis e Região (STIMMEDR), Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Sinpro), Sindicato dos Comerciantes de Divinópolis e Região (Sindcomerciários), Sindicato dos Trabalhadores da Educação Municipal do Município de Divinópolis (Sintemmd).



Greve Geral: diretoria e funcionários do Sintram foram às ruas

diram os manifestantes.

Os deputados federais Jaime Martins (PSD), Domingos Sávio (PSDB), Newton Cardoso Júnior (PMDB) e Luzia Ferreira (PPS) foram alvos dos protestos. Os manifestantes os acusaram de trair o trabalhador brasileiro, por terem votado a favor das reformas e da terceirização. Cartazes e faixas carregados pela multidão pediam ao eleitor para lembrar nas próximas eleições da ação contrária desses deputados aos interesses do povo

Apoio

O Sintram tem buscado envolver também as Câmaras Municipais nesta luta contra as Reformas e tem recebido apoio expressivo. As Câmaras de Divinópolis, São Sebastião

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Total quitação de dívidas de gestões anteriores é destaque do exercício 2016

O Sintram promoveu no dia 30 de março assembleia de prestação de contas do exercício de 2016. Os números do sindicato foram apresentados pelo contador Sérgio Bebiano, do Grupo Dias Bebiano. Todas as receitas e despesas do período foram detalhadas e ao final foi apontado o patrimônio líquido com superávit positivo de R\$89.737,70. A assembleia aprovou as contas do exercício por unanimidade.

A presidente Luciana Santos agradeceu a todos os presentes e em nome do diretor financeiro, José Alcolano, ressaltou que esse saldo positivo é resultado de um trabalho conjunto de toda diretoria, Conselho Fiscal e funcionários do sindicato. “Muito obrigada a todos, realmente é uma satisfação e orgulho saber que nossa diretoria e o trabalho diário de nossos colaboradores são marcados pela transparência”, disse.

O contador Sérgio Bebiano detalhou todas as receitas e despesas das movimentações da sede em Divinópolis e das subedes de Luz e Bambuí. Um dos destaques da prestação de contas foi a quitação total, em 2016, de um parcelamento de imposto do INSS. “Foram 60 meses pagando, sempre em dia, e hoje a instituição não deve mais nada, ou seja, a sede está isenta de qualquer ônus para o fisco”, disse Sérgio.

O diretor financeiro, José Alcolano (Zezinho), ressaltou o crescimento do Sintram, que hoje é um dos maiores sindicatos de Minas Gerais, e a responsabilidade de gestão desse patrimônio. “Todos os nossos atos foram passados pelo Conselho Fiscal, que examina, minuciosamente, todos os documentos e qualquer dúvida é esclarecida a tempo e a hora. Isso nunca existiu no Sintram, mas sendo exato a partir de 14 de maio

de 2012, a coisa mudou, e a cada exercício é melhor do que o outro. Isso aumenta a nossa responsabilidade para que o próximo seja melhor ainda”, disse.

PARECER

Após a apresentação da prestação de contas pelo contador Sérgio Bebiano, o presidente do Conselho Fiscal, Juliano Vilela, fez a leitura do parecer do Conselho Fiscal, o qual aprovou as contas do exercício, ressaltando que foi realizada minuciosa análise dos documentos fiscais e contábeis, junto ao Gru-



“Foram 60 meses pagando sempre em dia e hoje a instituição não deve mais nada, ou seja, a sede está isenta de qualquer ônus para o fisco”

Sérgio Bebiano, contador.

po Dias e Bebiano – responsável pelas escritas contábeis do sindicato – não constatando nenhuma irregularidade no exercício.

GREVE

Ao abrir a fala aos servidores, o diretor jurídico, Alberto Gigante, abordou as dificuldades de 2016, ano que o sindicato teve que investir na luta durante as greves municipais de Divinópolis, Carmo do Cajuru, Leandro Ferreira e Medeiros. “Foi um ano difícil que tivemos que bancar greves, que geram vários tipos de gastos e além de ameaças do ponto de vista de queda na arrecadação (...). Isso nos deixou preocupados, visto que temos responsa-

bilidade com nossos funcionários e no atendimento às demandas da luta sindical, que precisa de dinheiro para investir em propaganda e mobilização. Quando temos a satisfação de ver esse resultado positivo vem a sensação de dever cumprido e isso é nossa obrigação junto aos servidores. Se abraçamos o sindicato, temos que fazer um bom trabalho”, disse.

APROVAÇÃO

Ao final, a presidente conduziu a votação das contas, a qual foi aprovada por unanimidade pelos servidores presentes. O contador Sérgio Bebiano, que é referência e muito respeitado na área contábil, pediu licença a presidente Luciana, para ressaltar aos servidores presentes a ética e lisura da gestão do sindicato. “Enquanto profissional apolítico, a entidade, a qual vocês são associados, posso afirmar que toda documentação que chega para a Contabilidade é extremamente bem feita, parabéns ao corpo de funcionários, que nos atende totalmente em todas as nossas demandas e digo mais a vocês, se assim não fosse, eu não seria contador dessa entidade. Digo isso não por orgulho ou vaidade, mas eu tenho um nome a zelar e não posso estar convivente com empresas ou entidades, ou quem quer que seja, que não faz um trabalho digno, ético e sério. Dentro da nossa carteira de clientes, nós somos extremamente seletivos e asseguro que a entidade de vocês está realmente em boas mãos”, finalizou. ◀



Balanco Patrimonial 2016

Balanco Patrimonial Comparativo dos Períodos

Ativo	2015	2016
ATIVO CIRCULANTE	4.305.034,72	3.792.164,44
DISPONIVEL	1.663.933,62	621.239,12
BANCOS C/ MOVIMENTO	46.443,99	62.233,08
APLICACAO FINANCEIRA	1.617.489,63	559.006,04
VALORES A RECEBER	2.623.336,97	3.166.339,16
VALORES A RECEBER	2.623.336,97	3.166.339,16
ADIANTAMENTOS	17.148,77	4.003,49
ADIANTAMENTOS	16.961,06	4.003,49
EMPRESTIMOS	187,71	0,00
DESPESAS A APROPRIAR	615,36	582,67
DESPESAS A APROPRIAR	615,36	582,67
ATIVO NAO CIRCULANTE	551.088,96	550.768,81
IMOBILIZADO	551.088,96	550.768,81
IMOBILIZADO	551.088,96	550.768,81
COMPENSAÇÕES	5.088,00	5.088,00
COMPENSAÇÕES	5.088,00	5.088,00
OUTROS	5.088,00	5.088,00
TOTAL DO ATIVO	4.861.211,68	4.348.021,25
Passivo	2015	2016
PASSIVO CIRCULANTE	4.428.483,47	3.834.967,96
EXIGIBILIDADES	4.245.391,93	3.597.403,71
FORNECEDORES	4.245.391,93	3.597.403,71
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	183.091,54	237.314,25
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	24.233,20	30.351,49
OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS	0,00	1.545,54
IMPOSTOS A RECOLHER	74.153,93	118.630,16
PROVISAO DE FERIAS,13ºSALARIO E ENCARGOS	84.704,41	86.787,06
OBRIGACOES FINANCEIRAS	0,00	250,00
CHEQUES EM TRANSITO	0,00	250,00
PASSIVO NAO CIRCULANTE	9.412,62	0,00
OUTRAS OBRIGACOES DE LONGO PRAZO	9.412,62	0,00
OUTRAS OBRIGACOES DE LONGO PRAZO	9.412,62	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO SOCIAL	418.227,59	507.965,29
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO	418.227,59	507.965,29
SUPERAVITS/DEFICITS ACUMULADOS	418.227,59	507.965,29
COMPENSAÇÕES	5.088,00	5.088,00
COMPENSACOES	5.088,00	5.088,00
OUTROS	5.088,00	5.088,00
TOTAL DO PASSIVO	4.861.211,68	4.348.021,25

Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/16

SUBVENCOES, DOACOES E CONTRIBUICOES	
DOACOES	5.000,00
CONTRIBUICOES	400.062,41
REPASSE DE VERBAS (CONVENIOS ASSISTENCIAIS AOS ASSOCIADOS)	17.782,31
RECEITA FUTURA	27.024.074,04
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	
DIVERSAS	3.255,56
RECEITAS FINANCEIRAS	
RECEITAS DE APLICACOES FINANCEIRAS	72.807,22
OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	2.046.269,60
RECEITAS PATRIMONIAIS E DE INVESTIMENTOS	
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS	122,59
OUTRAS RECEITAS	
OUTRAS RECEITAS	30.341,32
DESPESAS EMPREGATICIAS	
DESPESAS EMPREGATICIAS	(1.196.762,70)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS - SINTRAM	
DESP.CONTRATUAIS,OCUPACAO,UTILIZ.E SERV.	(541.511,63)
MANUTENCAO,OCUPACAO E CONS.DO PATRIMONIO	(58.313,83)
DESPESAS COM CONSUMOS DIVERSOS	(301.540,15)
CAPTACAO DE RECURSOS	(40.058,03)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(77.384,59)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS SUBSEDE BAMBUI	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(12.262,76)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS SUBSEDE DE LUZ-MG	(13.413,63)
DESPESAS FINANCEIRAS E TRIBUTARIAS	
DESPESAS FINANCEIRAS	(53.587,01)
DESPESAS TRIBUTARIAS	(277,65)
SERVICOS ASSISTENCIAIS AOS ASSOCIADOS	
ASSISTENCIA MEDICA	(22.866.794,24)
DESPESAS C/ ALIMENTAÇÃO	(5.536,01)
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURIDICA	(3.024,20)
DESPESAS DIVERSAS	(4.339.510,92)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	89.737,70

Demonstração de superávit e déficit acumulados

SALDO INICIAL DOS SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	
SALDO INICIAL DOS SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	418.227,59
SUPERAVIT DO EXERCICIO	
DEFICIT DO EXERCICIO	89.737,70
SALDO FINAL DO SUPERAVIT	
SALDO FINAL DO SUPERAVIT	507.965,29

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

SALDO EM 31/12/2015	0,00	418.227,59	418.227,59
DEFICIT DO PERIODO		89.737,70	
DESTINAÇÃO DO SUPERAVIT		0,00	
SALDO EM 31/12/2016	0,00	507.965,29	507.965,29

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido realizado em 31 de dezembro de 2016.

Divinópolis (MG), 31 de dezembro de 2016

SIND TRAB MUNIC DIVINOPOLIS C O MG SINTRAM

LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS

PRESIDENTE

CI: 7366412 - SSP CPF: 963.965.206-72

SERGIO DIAS BEBIANO

CPF: 443.962.796-04

Tecnico em Contabilidade - CRC: 052033/0-0 / MG

Av. Antônio Olímpio de Moraes, 2130 Santa Clara, Divinópolis MG

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2016

1 – Contexto Operacional:

O Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e das Regiões Centro Oeste de Minas Gerais, designado pela sigla SINTRAM é uma pessoa jurídica sem fins lucrativos e com duração indeterminada com sede de foro na cidade de Divinópolis, no estado de Minas Gerais, e tem como finalidades conforme seu artigo 02º do seu estatuto:

- I. manter serviços de assistência jurídica especializada para os sindicalizados;
- II. promover a cooperação operacional entre os servidores públicos, a organização e a integração da categoria em defesa de interesses imediatos e futuros;
- III. desenvolver atividades na busca de soluções para os problemas da categoria;
- IV. promover ampla e ativa solidariedade às demais entidades sindicais de servidores públicos municipais e de outras categorias assalariadas pela consagração do direito à dignidade da pessoa humana nos níveis municipal, nacional e internacional;
- V. apoiar iniciativas populares justas e razoáveis em prol da melhoria das condições de vida do povo brasileiro;
- VI. promover e/ou participar de congressos, de seminários, de assembleias, de fóruns, de eventos intersindicais e de outros em prol da organização e da conscientização da categoria para trabalharem por justas conquistas;
- VII. incentivar o aprimoramento cultural, intelectual e profissional dos sindicalizados, bem como manter contatos e intercâmbios com as entidades congêneres, sindicais ou não, em todos os níveis;
- VIII. representar e salvaguardar os interesses da categoria dos servidores públicos da base territorial perante as instituições públicas, as autoridades executivas, as legislativas, as judiciárias e aos particulares em geral;
- IX. exigir dos Poderes Municipais o desencadeamento da Revisão Geral Anual na data-base prevista na legislação, facultado o direito de requerer a antecipação do processo revisional dos vencimentos nos anos eleitorais, conforme previsto no inc. X do art. 37/CRFB;
- X. organizar atos públicos e manifestações pacíficas, inclusive o exercício do direito de greve, na forma recepcionada pela CRFB no caput do art. 9.º c/c o inc. VII do art. 37, e nos moldes da Lei Federal nº 7.783/89, esta aplicada na forma da decisão dos mandados de injunção n.ºs 670, 708 e 712 publicados aos 31.10.07, do STF, ou outra norma regulamentadora ante a prerrogativa do direito ínsito à própria cidadania dos servidores e empregados públicos;
- XI. implementar a formação política e sindical de membros da categoria;
- XII. manter a Contribuição Sindical Confederativa Mensal criada e deliberada em Assembleia Geral para os filiados, de acordo com a possibilidade prevista na parte inicial do inc. IV do Art. 8.º da CRFB;
- XIII. exigir dos entes públicos as providências para o cumprimento da contribuição sindical tributária anual prevista na parte final do inc. IV do art. 8º da CRFB, correspondente à importância da remuneração de um dia de trabalho, ou seja, o vencimento mais as vantagens permanentes e provisórias, a ser recolhida anualmente no mês de março na folha de pagamento dos Agentes Públicos inativos ou ativos no exercício de funções públicas, independentemente de serem sindicalizados, para o devido repasse na forma do art. 589 da CLT;
- XIV. exigir dos entes públicos o recolhimento da contribuição sindical tributária anual a ser consignada no mês de provimento, de admissão, de retorno, de reintegração, de reversão, de readmissão, enfim de qualquer forma de retorno a função ou ao cargo quando o ato ocorrer após o mês de março, segundo as disposições da CLT, art. 602e respectivo parágrafo único recepcionados na parte final do inc. IV do art. 8.º da CRFB;
- XV. estabelecer por Assembleia Geral, quando for o caso, a Contribuição Assistencial, para a categoria representada, independentemente de sindicalização;
- XVI. zelar pela manutenção e pelo cumprimento da legislação, de atos administrativos, de acordos, de convenções coletivas de trabalho, de sentenças normativas, enfim, de quaisquer institutos asseguradores de direitos coletivos e/ou individuais aos membros da categoria;
- XVII. proteger a categoria, individual ou coletivamente na forma do inc. III do art. 8.º da CRFB, perante os Poderes Públicos nas negociações, nos dissídios, nos debates dos anteprojetos, no decorrer da tramitação dos projetos de leis esparsas ou cujo teor instituem ou alteram o estatuto, emendem a Lei Orgânica, reformem os cargos, a carreira, a lotação, a remoção, a readaptação, o reaproveitamento, os vencimentos, o reenquadramento em cargo ou novas funções, de lei regulamentadora de contratos administrativos, de termos de compromissos com estagiários e em outros institutos correlatos;
- XVIII. credenciar representantes perante os Poderes instituídos; 3
- XIX. firmar contratos, acordos coletivos de trabalho e/ou individuais de interesse da categoria, suscitar dissídios, quando couber, assim como celebrar e firmar contratos de seguros e assistência nas modalidades e coberturas existentes, tais como rede comercial, hospitalar, médica, odontológica, farmacêutica, laboratórios, planos da saúde, securitária, instituições de ensino, poderes públicos, visando sempre os interesses de seus associados, seus dependentes e pensionistas;

XX. divulgar suas atividades através dos meios de comunicação com o objetivo de informar sobre os direitos e interesses da categoria que representa, inclusive, podendo criar e manter setores especializados de interesses pertinentes aos servidores públicos, preferencialmente sobre direito público, administrativo, sindical, previdenciário e outros que julgar pertinentes;

XXI. apoiar os movimentos contrários aos preconceitos de origem, raça, sexo, cor, ou quaisquer outras formas de discriminação velada ou ostensiva do ser humano;

XXII. participar dos conselhos de controle social de políticas públicas do município;

XXIII. dirimir as questões internas da entidade e as controvérsias suscitadas pelos seus sindicalizados; XXIV. celebrar convênios com órgãos públicos objetivando a liberação de recursos financeiros em benefício dos sindicalizados, na perspectiva de uma melhor condição de vida para os sindicalizados e seus dependentes;

XXV. Interpor ações coletivas a favor da categoria, honrando premissa constitucional do art.5º XXI c/c art. 8º III da CF/88.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade a Lei nº 6.404/1976 e a Resolução CFC nº 877/2000 que aprovou a NBC T 10.19, com as práticas contábeis elaboradas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins lucrativos – ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC nº 1409/12 de 21 de setembro de 2012.

3 – Principais Práticas Contábeis Adotadas:

A entidade adota o princípio da competência para registro dos fatos contábeis, bem como para elaboração das demonstrações contábeis, combinado ainda com as seguintes práticas:

a) Apresentação das Contas – Os Ativos Realizáveis e o Passivos Exigíveis, em prazo inferior ao término do exercício seguinte, estão classificados como circulantes.

b) Apuração dos Resultados: As doações, receitas e despesas foram contabilizadas separadamente, de acordo com a sua natureza e assim apresentados na Demonstração de Superávit/Déficit do Exercício.

c) Critério de avaliação do Ativos e Passivos :

1 - Ativos Financeiros – Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são: bancos e aplicações financeiras, não consta saldo em caixa, pois, pelo motivo de ser uma instituição, não é permitido conter dinheiro em caixa.

2 - Passivos Financeiros – Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: contas a pagar a fornecedores, obrigações sociais e fiscais e obrigações trabalhistas, todos devidamente conciliados

3 - Ativo não Circulante – As contas do Imobilizado estão registradas ao custo de aquisição, deduzindo as depreciações utilizando o método linear, à taxas anuais estabelecidas pela Receita Federal do Brasil que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

4 - Passivo Circulante – Apresentadas ao valor de custo ou de realização, incluindo os rendimentos ou as variações monetárias auferidas.

5- As provisões são registradas, por isso é reconhecida em função de um evento, uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, no qual um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

6 - Tendo em vista que a Instituição não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional – CTN.

4 – Patrimônio Social

As mutações ocorridas no Patrimônio Social estão representadas pela destinação de superávit do exercício anterior e por lançamento de transferência entre contas, tomando como base a Resolução do CFC nº 1.179/09 que aprova a NBC TG 23 – Políticas Contábeis.

5 - Origem das Doações e Contribuições

As doações e contribuições são reconhecidas como receita quando recebidas, para custeio de suas atividades.

- Doações não governamentais de PJ –R\$ 5.000,00 –

- Contribuição Sindical – R\$ 400.062,41

- Repasse de Verbas – R\$ 17.782,31

6 - Origem das Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem os juros sobre as aplicações financeiras, deduzindo o imposto de renda retido na fonte.

- Rendimento de Aplicação Financeira R\$ 72.807,22

7-Aplicação dos Recursos

Os recursos recebidos pela entidade, foram aplicados em suas finalidade institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

8-Origem e Natureza das despesas

As despesas do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e das Regiões Centro Oeste de Minas Gerais, são oriundas dos custos direto com a atividade fim da organização, pois contemplas as despesas operacionais.

9- Serviços Assistenciais aos Associados

As despesas do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e das Regiões Centro Oeste de Minas Gerais, vinculadas as serviços assistências aos associados são oriundas de gastos do servidor com o uso do SintramCard.

Divinópolis (MG). 31 de dezembro de 2016

SIND TRAB MUNIC DIVINOPOLIS C O MG SINTRAM

LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS

PRESIDENTE

CI: 7366412 - SSP CPF: 963.965.206-72

SERGIO DIAS BEBIANO

CPF: 443.962.796-04

Tecnico em Contabilidade - CRC: 052033/0-0 / MG

Av. Antônio Olímpio de Moraes, 2130 Santa Clara, Divinópolis MG

São Sebastião do Oeste e Cláudio

Dentro do projeto do Sintram de esclarecer as dúvidas sobre a PEC 287/2016, que prevê uma ampla reforma na Previdência Social, cortando boa parte dos direitos adquiridos pelos trabalhadores, a



Cláudio

presidente, Luciana Santos, e a vice-presidente, Ivanete Ferreira, participaram de audiência pública no dia 6 de abril em São Sebastião do Oeste e no dia 24 em Cláudio. As audiências foram convocadas pelas Câmaras Municipais a pedido do Sintram. Os resultados dos eventos foram muito positivos, recebendo público expressivo, que ouviu atentamente a explanação feita pela vice-presidente, Ivanete Ferreira, que demonstrou com base em dados do DIEESE, ponto a ponto, os malefícios que a reforma causará a todos os trabalhadores. ◀



São Sebastião do Oeste



Pimenta

O Sintram vem buscando o fortalecimento da representatividade em Pimenta. Os servidores estão passando pelo processo de filiação e recebendo orientações sobre o papel do sindicato. O trabalho tem alcançado resultados positivos e as conquistas já são perceptíveis, como a reposição salarial, concedida pelo prefeito Ailton Sapinho (PDT) de 7,86%, que ficou acima da inflação medida pelo INPC do IBGE, que fechou dezembro em 6,58%. Outro ponto foi a eleição do novo diretor regional no dia 30 de maio. A assembleia escolheu por unanimidade, o servidor Rosimar da Cruz. Com 25 anos de serviço público, Rosimar destacou a importância da participação dos colegas para efetuar um bom trabalho representativo. Servidor de Pimenta, fortaleça o sindicato, associe-se! Ligue (37) 3216-8484 e informe-se! ◀

Carmo do Cajuru

O Sintram realizou, no dia 11 de maio, palestra para os trabalhadores do Serviço Autárquico de Água e Esgoto de Carmo do Cajuru (SAAE), tendo como tema a reforma da Previdência. A vice-presidente Ivanete Ferreira fez uma explanação completa sobre os efeitos catastróficos que a reforma causará aos trabalhadores. Ela lembrou que mesmo os servidores públicos que possuem regime próprio, serão atingidos, caso a PEC da reforma da Previdência seja aprovada pelo Congresso. Ao final, vários servidores esclareceram dúvidas e agradeceram a orientação e presença do sindicato. ◀



Perdigão

A vice-presidente, Ivanete Ferreira, e a advogada, Bruna Rocha, estiveram no dia 31 de maio na Prefeitura de Perdigão. A visita ao setor de Recursos Humanos foi com objetivo de encaminhar ao Executivo requerimento, solicitando adequações na escala de trabalho dos motoristas de ambulância. O sindicato aguarda retorno com o posicionamento da Prefeitura. ◀

Carmo da Mata

Os servidores da Educação de Carmo da Mata estão reunindo periodicamente com a diretoria do Sintram e o Executivo para discutir o PCCS da área. Um dos principais problemas dos servidores foi o achatamento salarial dos últimos anos. Com isso, muitos trabalhadores estão com vencimentos abaixo do salário mínimo, o que obriga a Prefeitura a utilizar o recurso do complemento salarial. O prefeito garantiu ao sindicato a regularização da situação com o pagamento do piso nacional e a construção do PCCS, que são vitórias significativas para a categoria. ◀



Reunião dia 03 de maio, na Câmara Municipal



Reunião dia 31 de maio com os educadores e prefeito municipal.

Iguatama

Iguatama tem novos diretores regionais desde o último dia 04 de maio. As eleitas foram: Elaine Aparecida Silva Resende, que é da área da educação; e a suplente Cândida Silva, auxiliar de serviços. Após a eleição, feita em assembleia pelos servidores, o sindicato dará encaminhamento a questões salariais e outros problemas pontuais dos servidores. ◀



Medeiros

O Sintram ajuizará ação coletiva contra a Prefeitura de Medeiros, pleiteando o pagamento de 1/3 do salário de dezembro de 2012. Os servidores relataram que o salário foi fracionado em três parcelas e a última, que deveria ter sido quitada pelo ex-prefeito em 2016, ainda não foi paga. Além disso, na mesma ação, o Sintram vai pleitear o cumprimento da lei do piso salarial nacional para os servidores da Educação. Uma equipe do Sintram liderada pelo diretor João Madeira esteve na cidade no dia 12 de junho, para iniciar o processo e orientar os servidores. A advogada Bruna Rocha participou da reunião, ocasião em que prestou assistência jurídica aos servidores, e deu início ao processo de preparação da petição inicial a ser encaminhada à Justiça. ◀



Leandro Ferreira

Depois de um incansável trabalho realizado pelo Sintram junto aos vereadores, a Câmara Municipal de Leandro Ferreira, em reunião no dia 31 de maio, derrotou o Projeto de Lei 001/2017 por quatro votos a três, de autoria do Executivo, que previa a alteração dos critérios para concessão do adicional de periculosidade e insalubridade pagos ao funcionalismo. A vice-presidente do Sintram, Ivanete Ferreira, acompanhou a votação e destacou que a lei não



pode retroagir para prejudicar o trabalhador. Disse ainda que os servidores de Leandro Ferreira já foram bastante prejudicados esse ano, uma vez que os funcionários da prefeitura não tiveram a revisão salarial, conforme prevê a Constituição. Ivanete parabenizou a Câmara que, na mesma noite, votou o projeto que concedeu 6,57% de reposição aos servidores da casa. Atenderam ao pedido do Sintram, votando a favor dos servidores os vereadores: Antônio Rodrigues, Ilson Paulino, Samuel Vitor e Thiago Silva. Pelo regimento da casa, o vereador Darci Lacerda não tem direito ao voto pelo fato de ser funcionário público, mas durante a reunião não deixou de expressar o apoio aos colegas. ◀

COLUNA DO JURÍDICO



Reforma Trabalhista: ataque aos direitos dos trabalhadores

A Câmara dos Deputados em Brasília aprovou em ação relâmpago a proposta de reforma trabalhista de iniciativa do governo Temer. Os deputados com votação em Divinópolis - Domingos Sávio, Jaime Martins, Luzia Ferreira e Newton Cardoso Jr - constam da lista daqueles que apoiaram a reforma, contrariando o abaixo assinado de eleitores da região que pediam o voto contrário. A reforma também foi aprovada pelo Senado com voto favorável de todos os senadores por Minas Gerais e já foi sancionada pelo presidente da República. Portanto, a reforma já é lei, com repercussões muito drásticas.

Muitas pessoas estão demonstrando total desinteresse com esse assunto. Tal conduta é muito perigosa, pois essa reforma retira direitos adquiridos à custa de muita luta e vai tornar a vida do trabalhador ainda mais penosa.

Abaixo, listamos algumas mudanças que cortam direitos de todos os trabalhadores:

A – A partir de agora, você poderá ser obrigado a trabalhar 12 horas consecutivas, sem direito a nenhum descanso para alimentação ou repouso. Basta que o empregador indenize o horário, julgando que o descanso é desnecessário.

B – Quem trabalha em regime de 12 X 36 não receberá mais os feriados em dobro.

C – O valor do dano moral praticado pelo empregador será calculado com base no salário recebido. Se houver morte por culpa da empresa, a vida do trabalhador será indenizada de acordo com o valor do seu salário. A justiça é igual para todos?

D – Fim do princípio da estabilidade financeira da CLT. O trabalhador que recebe gratificação de função por 10 ou mais vai perdê-la, mesmo que a reversão ao seu cargo efetivo não se dê por justa causa.

E – O acesso à Justiça do Trabalho será dificultado. Nos casos em que o trabalhador é beneficiado por justiça gratuita ele será obrigado a pagar honorários periciais, caso perca a perícia.

F – A empresa poderá contratá-lo de forma terceirizada e você receber um salário menor (ou não receber determinado benefício) auferido por outro trabalhador com as mesmas funções.

G – Você não terá mais assistência do sindicato para conferir os valores a serem pagos na hora da homologação das verbas rescisórias. É possível que te paguem a menos, além de mandá-lo embora!

I – Você poderá ficar de plantão à disposição da empresa e nada receber se não for convocado no período estipulado.

J – Mulheres grávidas e em amamentação poderão trabalhar em ambiente insalubre, absurdo que a CLT proibia antes da aprovação da atual reforma.

As Centrais Sindicais ainda farão uma última tentativa para que alguns desses direitos sejam mantidos. Haverá uma reunião com o governo para discutir o corte de alguns direitos e tentar garanti-los através de Medida Provisória. Para que isso aconteça, é preciso que os políticos que elegemos parem de pensar apenas em seus próprios interesses. Você pode ajudar a reverter o desastre, denunciando os deputados e senadores que apoiaram as mudanças. Apesar da aprovação da reforma na forma original, ainda há uma chance de conseguirmos evitar um mal maior. A hora é essa. Depois, não adianta reclamar sobre o leite derramado.

Alberto Gigante Quadros
Diretor Jurídico do Sintram

FONTE: EDIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL.